



***CAMINHOS EM BUSCA DE UM NOME: ATRAVESSAMENTOS NA VIDA
DE SUJEITOS TRANS***

***CAMINOS EN LA BÚSQUEDA DE UN NOMBRE: CRUCE EN LA VIDA
DE PERSONAS TRANS***

***PATHWAYS IN SEARCH OF A NAME: ATRAVESSAMENTOS IN THE
LIFE OF TRANS SUBJECTS***

Luis Felipe Hatje¹

Joanalira Corpes Magalhães²

Paula Regina Costa Ribeiro³

RESUMO

¹ Doutorando em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Mestrado em Direito e Justiça Social e em Educação em Ciências e Especialização em Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química pela Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese). <http://lattes.cnpq.br/4929788321027336>. <https://orcid.org/0000-0002-4038-5510>. lf_hatje@msn.com

² Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Furg. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do GT Pedagógico da Secretaria de Educação a Distância (SEaD), da Furg. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: gêneros, gênero e ciência, sexualidades, artefatos culturais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5154939094832400>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9785-6854>. E-mail: joanaliramagalhaes@gmail.com

³ Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Instituto de Educação e dos Programas de Pós-Graduação: Educação em Ciências e Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Pós-Doutorado na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade 1C do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/0516745823012125>. <https://orcid.org/0000-0001-7798-996X>. pribeiro.furg@gmail.com

O artigo tem como objetivo investigar como a escolha por um nome civil por sujeitos trans está relacionada com os processos de subjetivação que engendram discursos e práticas constitutivas dos sujeitos. Para tanto, analisamos narrativas de quatro sujeitos trans que ingressaram na justiça buscando a retificação do nome civil. No processo de análise observou-se os atravessamentos sociais, políticos, culturais que os impulsionaram a lutar pelo direito ao nome, bem como estratégias de validação de um nome para si.

PALAVRAS-CHAVE: Nome civil. Transexualidade. Estudos em Gênero e Sexualidade.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo investigar cómo la elección de un nombre civil por sujetos trans se relaciona con los procesos de subjetivación que engendran discursos y prácticas constitutivas de los sujetos. Por ello, analizamos las narrativas de cuatro sujetos trans que ingresaron a los tribunales buscando la rectificación de su nombre civil. En el proceso de análisis se observaron cruces sociales, políticos y culturales que los llevaron a luchar por el derecho a un nombre, así como estrategias para validar un nombre por sí mismos.

PALABRAS-CLAVE: Nombre civil. Transexualidad. Estudios em género y sexualidad.

ABSTRACT

This article aims to investigate how the choice for a civil name by trans subjects is related to the processes of subjectivation that engender the constitutive discourses and practices of the subjects. To do so, we analyze narratives of four trans subjects who entered the court seeking the rectification of their civil name. In the process of analysis undertaken in this work, we sought to observe the social, political and cultural crossings that drove them to fight for the right to have another name, as well as strategies for validating a name for themselves.

KEYWORDS: Civil name. Transsexuality. Gender and Sexuality Studies.

* * *

Introdução

No Brasil, as discussões sobre a transexualidade têm provocado muitos questionamentos acerca das demandas dos indivíduos que constroem seus gêneros em oposição às expectativas sociais em diferentes instâncias da sociedade e campos de saber. Entre as demandas destes sujeitos, encontra-se a da possibilidade de utilização de documentos nos quais conste o nome e o gênero pelo qual se reconhecem.

Nesse processo de reivindicação por um nome, uma série de discursos (da rede de sociabilidade, família, psicólogos/as) acabam condicionam e orientando sua escolha a um nome associado ao gênero com o qual se identificam. E, nesse sentido, percebemos que as demandas dos sujeitos trans no judiciário têm possibilitado o reconhecimento das identidades trans, modificando a forma com a qual as instituições

jurídicas até então vinham atuando, promove algumas rupturas na normatividade hegemônica construída sobre os gêneros.

Com efeito, no intento de discutir as implicações de alguns marcadores sociais, especialmente aqueles relacionados ao nome, na constituição das identidades dos sujeitos trans⁴, estabelecemos algumas conexões com autores/as do campo dos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas. A partir desta perspectiva, procuramos adotar também os pressupostos de Michel Foucault (1995) em relação aos diferentes modos de produção da subjetividade dos sujeitos.

Neste sentido, a pesquisa pretende contribuir para o campo da Educação, na medida em que pretende discutir as formas de produção dos conhecimentos e dos saberes, bem como as formas de constituição dos sujeitos. Para tanto, parte-se do entendimento de que a ciência é uma produção cultural na qual é possível “questionar as relações de poder que a constituem e lhe dão uma ‘consistência’ natural, um ‘aspecto’ de verdade” (SANTOS, 2004, p. 253).

Para a análise das narrativas, adotamos os estudos de Jorge Larrosa (1994, 1996), que propõem que as narrativas podem ser compreendidas como práticas sociais que constituem os sujeitos, considerando que é a partir do processo narrativo que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, dos outros e do contexto em que estão inseridos. Segundo Nádia Souza (2001), Foucault e Larrosa são autores que nos permitem

[...] pensar sobre o caráter construído dos corpos/dos sujeitos como marcados nos acontecimentos, [n]as práticas e [n]os discursos que os inscreveram e os inscrevem, a problematizar as visões de sujeito (uno, fixo e dotados de essência de natureza racional e/ou biológica) em geral assumidas (SOUZA, 2001, p. 55).

A partir destes entendimentos, este artigo pretende investigar de que modo a escolha de sujeitos trans por um nome civil está relacionada com os processos de subjetivação que engendram discursos e práticas constitutivas dos sujeitos. Assim, discutimos os motivos e os caminhos percorridos por sujeitos trans até a escolha de um nome pelo qual se reconheçam e que expresse sua identidade de gênero.

⁴ Cabe ressaltar que apesar de compreendermos o ato político e identitário de resistência presente nos termos travesti e transexual, optamos por usar o termo trans como uma forma de abranger diferentes possibilidades de expressões de gênero. Assim, quando nos referimos a sujeitos trans estamos entendendo que as identidades são muitas, envolvendo sujeitos transexuais masculinos, transexuais femininas, as travestis mas também outras identidades para além dessas três categorias.

Nesse sentido, transitar pelas narrativas dos sujeitos trans entrevistados, que solicitaram a mudança do seu nome civil no judiciário da cidade do Rio Grande/RS, acerca de algumas práticas vividas durante o processo de reconhecimento social através de um nome que coincida com o gênero com o qual se identificam, antes e depois da decisão judicial, possibilitou compreender alguns aspectos relacionados com o processo de constituição dos sujeitos.

Para tanto, o artigo foi organizado em três seções: na primeira, tecemos algumas considerações sobre transexualidade, identidade e modos de subjetivação dos sujeitos; em um segundo momento, apresentamos brevemente os sujeitos participantes desta pesquisa e justificamos a utilização da narrativa como metodologia de investigação; por fim, analisamos os atravessamentos sociais, políticos, culturais, que impulsionaram os sujeitos desta pesquisa a buscarem uma retificação através do nome civil.

Transexualidade, identidade e modos de subjetivação dos sujeitos

O reconhecimento das identidades de sujeitos trans passa por um processo identitário no qual cada sujeito busca uma identificação dentro de uma ampla variedade de denominações fundadas nas experiências de gênero dissidentes⁵. E este processo de reconhecimento é permeado pela existência de marcadores sociais que produzem efeitos imbricados em aspectos culturais da vida das pessoas, constituindo as suas identidades (SOUZA, 2001).

Stuart Hall (2005) estabeleceu relações entre a produção da identidade e a cultura. Para o autor, o sujeito pós-moderno não se constitui mais por uma identidade única, fixa, essencial ou permanente, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas, que levaria a uma caracterização da identidade como uma “celebração móvel”. Para ele, o sujeito

[...] previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2005, p. 12-13, grifo do autor).

⁵ Segundo Miskolci (2014, p. 19) “As transexualidades podem ser compreendidas como dissidências de gênero, fazendo pensar o que entendemos como homem ou mulher, masculino ou feminino”.

Assim, pode-se considerar que a construção das identidades se dá em meio a trama discursiva na qual os sujeitos estão inseridos, e, portanto, a identidade não pode ser vista como algo que se possa encontrar ou descobrir ou que faça parte da essência de cada sujeito; antes, ela é algo que fabricamos e modificamos a partir das diversas experiências que vivenciamos (LARROSA, 1994). Neste processo identitário, “as relações que as pessoas estabelecem com os seus corpos, suas sexualidades, seus prazeres e identidades de gênero, assim como a que firmam com os dos outros, atuam diretamente nos processos de subjetivação dos sujeitos” (PERES, 2010, p. 58).

Sendo assim, não há possibilidade de se estabelecer uma única forma de se vivenciar a transexualidade, já que “quando se remete às experiências em trânsito entre os gêneros, é importante não realizar uma análise presentista, caracterizada pela universalização de uma série de pressupostos, independentemente das condições históricas e culturais” (BENTO, 2008, p. 18).

Ao voltar nosso olhar aos sujeitos trans, precisamos levar em conta que cada um construirá a sua subjetividade a partir de suas próprias experiências e de seu contexto cultural e social. De todo modo,

A emergência de novas identidades sexuais e de gêneros, e de demandas psicossociais, políticas e culturais assim suscitadas, solicita novas problematizações sobre políticas inclusivas que contemplem as novas expressões sexuais e de gêneros, e que por sua vez, efetivem novos processos de subjetivação, novos modos de existencialização (PERES, 2010, p. 58).

Em meio à multiplicidade de possibilidades de construção da identidade dos sujeitos, pode-se entender o gênero desde a proposição de Berenice Bento (2006), para quem

O gênero só existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal, são atos que fazem o gênero. Que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Também os/as homens/mulheres biológicos/as se fazem na repetição de atos que se supõe que sejam os mais naturais. A partir de uma citacionalidade de uma suposta origem, transexuais e não transexuais igualam-se (BENTO, 2006, p. 228).

Este entendimento vai ao encontro do de Judith Butler, que aponta que “os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais” (2003, p. 163). De acordo com a autora:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. (BUTLER, 2003, p. 242).

A partir desses pressupostos, pode-se inferir que o gênero é algo discursivo, cultural, que pode ir além do binarismo, considerando-se que ele se refere à forma pela qual o indivíduo se constitui independente do sexo atribuído em seu nascimento. Assim, cada sujeito o constrói de acordo com os seus processos de autoidentificação, e a partir das experiências que envolvem suas percepções de si enquanto um sujeito pertencente a um determinado gênero.

Deste modo, neste processo de construção das identidades, cada sujeito terá demandas de reconhecimento específicas. Assim, dentro das possibilidades de identificação, alguns sujeitos trans buscam a transformação de seus corpos, por meio da ingestão de hormônios ou de cirurgias de redesignação sexual, de modo a adequar sua genitália à sua identidade de gênero, ao passo que outros não pretendem realizar qualquer tipo de intervenção sobre seus corpos e órgãos genitais. Por outro lado, há, ainda, aqueles que transitam entre os gêneros, desejando não se fixarem a padrões binários, bem como aqueles que não buscam nenhuma modificação nos padrões socialmente estabelecidos para si.

Além dos marcadores corporais, outra demanda de parte destes sujeitos decorre da possibilidade de utilização do nome pelo qual se reconhecem, na busca pela “conformação do nome com a sua identidade de gênero” (QUEIROZ; ALMEIDA, 2006, p. 254).

A emergência dessas demandas está relacionada aos processos de subjetivação que atuam na constituição dos sujeitos. Assim, algumas vezes, a busca por um corpo e por um nome que coincida com o gênero pelo qual se reconhecem tem como objetivo a aproximação desses sujeitos com a norma.

Para Wiliam Peres (2010), é possível identificar dois processos de subjetivação: os chamados “processos normatizadores” e os “processos singularizadores”. Segundo o

autor, “os processos de subjetivação normatizadores dizem respeito à produção de sujeitos que reproduzem os modelos previamente dados e dão manutenção a certo modo de viver disciplinado, regulado e repetitivo” (PERES, 2010, p. 58). Por outro lado, os modos de “subjetivação singularizadores se mostrariam como linhas de fuga, contra poderes ou resistências frente ao poder que facilitariam a expressão da diferença, da singularidade e de modos desejanos potentes e criativos” (PERES, 2010, p. 58). Portanto, os processos de subjetivação normatizadores pretendem, de alguma forma, manter a norma socialmente estabelecida.

Segundo François Ewald (1993), a norma pode ser entendida como:

[...] uma maneira de um grupo se dotar de uma medida comum segundo um rigoroso princípio de auto-referência, sem recurso a nenhuma exterioridade, quer seja a de uma ideia quer a de um objeto. Ela pressupõe arquiteturas, dispositivos, toda uma física do poder graças à qual o grupo poderá tornar-se visível para si mesmo, mas também procedimentos, notações, cálculos, toda uma constituição de saber destinada a produzir em completa positividade o um a partir do múltiplo. O procedimento normativo pode obedecer a diferentes esquemas: esquema panóptico das disciplinas, esquema probabilista das seguranças, esquema comunicacional da norma técnica (EDWALD, 1993, p. 108).

A partir desta perspectiva, aqueles sujeitos que vêm uma conformidade entre o sexo biológico com o seu gênero tornam-se a referência das identidades de gênero, de modo que o enquadramento à determinada norma acaba por remetê-los à chamada normalidade. Assim, existe o estabelecimento de um paradigma de conduta que orientará o exame daqueles que se enquadram na norma, os “normais”, e aqueles que se desviam dela, os “anormais”.

Com efeito, é importante salientar que na “‘sociedade de normalização’, foram desenvolvidos saberes, atrelados às relações de poder, que buscam conhecer, desbravar o outro para enquadrá-lo na norma” (RIBEIRO, 2014, p. 125). Sendo assim, mesmo os sujeitos que passam a ser denominados como “anormais”, só podem ser assim denominados porque a norma continua operando como um ponto de referência. Isto é, ele

somente é chamado de anormal porque estabelecemos uma norma que o analisa e o classifica como alguém que escapa aos padrões. Para auxiliar nessa empreitada, as instituições de sequestro, como a escola, buscam sempre normalizá-lo, levando-o o mais próximo possível do que chamamos de “normal”. (RIBEIRO, 2014, p. 125).

Para Peres (2011, p. 58), “os processos de subjetivação normatizadores dizem respeito à produção de sujeitos que reproduzem os modelos previamente dados, e dão manutenção a certo modo de viver disciplinado, regulado e repetitivo”. Esse processo de subjetivação normalizador evidencia a força daquilo que Michel Foucault denominou *biopoder*, um “dispositivo que teria dupla direção: de disciplinar os corpos e de regular a população” (PERES, 2011, p. 58). Deste modo, uma das formas de buscar a normalização da sociedade se dá através do *biopoder* enquanto uma tecnologia que não exclui o poder disciplinar, mas passa a integrá-lo. Sobre isto, Foucault (1999) afirma que

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (FOUCAULT, 1999, p. 291).

Desta forma, se o *poder disciplinar* age demarcando os espaços possíveis de serem ocupados, controlando o tempo das atividades e estabelecendo uma sequência ordenada que possibilite o desenvolvimento destas atividades em função de um determinado objetivo e controle a vida dos sujeitos; o *biopoder* estabelece mecanismos de regulação da vida sobre a sociedade, realizando distribuições de normalidade a partir de aspectos que compõem a vida dos grupos humanos, de tal modo que elabore formas “mais favoráveis” em relação àquelas que seriam “mais desfavoráveis”:

[...] a norma surge como um jogo no interior de normalidades diferenciais inerentes aos fenômenos da vida biológica e, nesse sentido, será o critério para as diferentes racionalidades políticas e os diversos procedimentos técnicos pelos quais se dará o seu governo. Foucault denomina “artes de governar” ou “governamentalidades” o conjunto das racionalidades políticas e dos procedimentos técnicos pelos quais se dá o governo da vida. (FONSECA, 2009, s/p).

Nessa esteira, o indivíduo moderno, analisado dentro do corpo biopolítico das populações, é igualmente normalizado, considerando que é constituído por meio da arte de governar, regida pela normalização biopolítica no interior da qual se dá a conformação de suas condutas.

A partir das análises de Foucault sobre o poder, o que define o modo de constituição dos sujeitos modernos é a norma, que deve ser compreendida em um sentido amplo, mas que não se confunde com a lei ou com a norma em um sentido exclusivamente jurídico, já que está definida pelo seu caráter produtivo, e não como um princípio de separação entre o lícito e o ilícito, nem com um dispositivo de mera repressão ou restrição. A norma terá uma abrangência que compreende as normas de comportamento – comportamentos sociais, de conduta, que regulam os saberes, que prescrevem ações e “que, relativamente à época moderna, funcionam segundo as formas da disciplina dos corpos e da regulação da vida biológica das populações” (FONSECA, 2009, s/p).

Peres (2010) propõe que, ao utilizarmos o conceito de *biopoder* para a análise das subjetividades, temos a possibilidade de compreender que os modos de subjetivação normatizadores seriam responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida, da moral vigente e do viver disciplinado. Dessa forma, nessa perspectiva:

[...] dependendo do modo de subjetivação em ação, teremos pessoas mais normatizadas ou mais resistentes aos processos de normatização, o que, por conseguinte, nos permite um mapeamento dos níveis de abertura ou de fechamento frente ao contato com as diferenças, com novas possibilidades de existencialização. (PERES, 2010, p. 58).

Ao analisar esses pressupostos, é possível compreender que no processo de constituição de sujeitos trans há tanto a atuação de “processos normalizadores” quanto “singularizadores”. Quanto a estes “processos singularizadores”, entendemos a busca e a construção desses sujeitos por linhas de fuga, pelas resistências, pela busca de reconhecimento e, com isso, o desejo de mudança do nome. Não obstante, é possível perceber também a normalização que se faz valer pela busca dos mesmos modelos binários, o que pode ser identificado quando há, por exemplo, o desejo de um corpo e um nome que corresponda aos padrões socialmente estabelecidos sobre o que é ser homem e mulher.

Neste sentido, adquirir um nome que socialmente coincida com o gênero pelo qual se reconhecem pode ser uma estratégia compreendida a partir de um processo de constituição de si que negocia com a normatização em busca de uma passabilidade⁶, ou

⁶ Segundo Júlia Pontes e Cristiane Silva (2018, p. 207) “A passabilidade, implicada em uma performatividade de gênero, dispõe um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial de gênero no registro de uma matriz heterossexual e cisgênera.”

seja, a adoção de estereótipos normativos que fazem corresponder sexo e gênero, objetivando-se, assim, a não identificação como sujeitos trans.

Nesta pesquisa, investigamos, por meio dessas premissas teóricas, de que modo a escolha de sujeitos trans por um nome civil pode se relacionar com os processos de subjetivação que atuam na constituição desses sujeitos. A fim de investigar tal questão, apresentamos a metodologia de produção das narrativas, bem como os sujeitos participantes deste estudo, problematizando os modos de constituição das subjetividades.

Caminhos metodológicos: os sujeitos de pesquisa e a investigação narrativa

No *corpus* empírico deste artigo encontram-se narrativas de quatro sujeitos trans homens, integrantes do grupo Transformando Vidas que ingressaram no judiciário pleiteando a alteração do nome no registro civil no segundo semestre do ano de 2016. A seguir, apresentamos uma breve biografia destes:

Luis Mahin nasceu no dia 07 de dezembro de 1960, branco, se autoidentificou como do gênero masculino e é casado com uma mulher. No momento da entrevista, cursava o último ano de Bacharelado em História, sendo bolsista de iniciação científica do CNPQ. Luis utiliza marcadores corporais ditos masculinos, como prenome, roupas e corte de cabelo, contudo, não realiza e nem deseja realizar tratamentos hormonais, mastectomia ou cirurgia de redesignação sexual. Sua entrevista foi realizada em 02 de junho de 2017.

Silvio nasceu no dia 15 de dezembro de 1996, branco, se autoidentificou como homem trans, bissexual que, atualmente, namora uma mulher. Já realiza tratamento endocrinológico e pretende realizar cirurgias de mastectomia. Cursa o segundo ano da graduação em Biologia (Bacharelado) e é bolsista do Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática – CEAMECIM. A entrevista foi realizada dia 09 de junho de 2017.

Noah Mathias nasceu no dia 17 de fevereiro de 1998, branco, se autoidentificou como transexual masculino, bissexual. No momento da entrevista, namorava uma menina. É estudante do ensino médio. Pretende realizar cirurgias de mastectomia e redesignação sexual. A entrevista foi realizada dia 09 do junho de 2017.

Lucas nasceu no dia 17 de março de 1996, branco, se autoidentificou como homem trans e não tem definição com relação à sua identidade sexual. No momento da

entrevista, namorava um menino. Já realiza tratamento endocrinológico e pretende realizar cirurgias de mastectomia, mas não pretende se submeter a cirurgia de redesignação sexual. Cursa o terceiro ano da graduação em Artes Visuais. A entrevista foi realizada dia 04 de julho de 2017.

As narrativas foram produzidas por meio de entrevistas semi-estruturadas e são analisadas a partir dos pressupostos teóricos propostos por Jorge Larrosa (1994). Este autor propõe que as narrativas são práticas sociais que constituem o sujeito, considerando que é a partir do processo narrativo que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, dos outros e do contexto em que estão inseridos. De acordo com Larrosa (1994), cada pessoa já está imersa em estruturas narrativas preexistentes, em função das quais produzem ou transformam as suas experiências.

Por isso, a narrativa não é o lugar de irrupção da subjetividade, da experiência de si, mas a modalidade discursiva que estabelece tanto a posição do sujeito que fala (o narrador) quanto as regras de sua própria inserção no interior de uma trama (o personagem). A subjetividade, portanto, está constituída na correlação implícita e nunca saturada entre três ordens radicalmente diferentes entre si, na medida em que cada uma delas ocupa uma dimensão distinta no espaço discursivo e tem suas próprias regras: o autor, o narrador e o personagem. As narrativas pessoais, as histórias de vida, os textos autobiográficos (orais ou escritos) baseiam-se na pressuposição de que o autor, o narrador e o personagem são a mesma pessoa. (LARROSA, 1994, p. 70)

Larrosa estabelece uma relação entre a narrativa e a produção da identidade pessoal. Para ele, “a experiência de si está constituída, em grande parte, a partir das narrações. O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos” (LARROSA, 1996, p. 48). E, para além disso, na construção de cada narrativa, cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. Por outro lado,

[...] essas histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de práticas sociais mais ou menos institucionalizadas. Para dizer de forma breve, o sentido de quem somos é análogo à construção e à interpretação de um texto narrativo que, como tal, obtém seu significado tanto das relações de intertextualidade que mantém com outros textos como de seu funcionamento pragmático em um contexto (LARROSA, 1994, p. 49).

Assim, é nas diversas experiências cotidianas, produzidas e mediadas na linguagem, atravessadas por relações de poder, que os sujeitos produzem suas identidades e suas subjetividades. Nessa perspectiva, Michel Foucault (1995, p. 231), ao referir-se ao objetivo do seu trabalho, destaca:

[...] o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos [...]. Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Foucault (2006) destaca a qualidade produtiva do discurso, já que os sujeitos são constituídos discursivamente em meio às relações de poder. De acordo com Foucault (1995, p. 235), “há dois significados para a palavra sujeito: [1] sujeito a alguém pelo controle e dependência, e [2] preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambas sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.”

Neste sentido, pretende-se, aqui, olhar para as narrativas construídas pelos participantes da pesquisa problematizando os discursos e as práticas sociais que estão implicadas na constituição de sujeitos trans que buscam a retificação de seu nome.

As histórias relatadas nas entrevistas, por mais que tenham um viés específico em razão das singularidades de cada entrevistado, também são marcadas por uma polifonia de discursos e diversidade de práticas em que estes sujeitos estão inseridos e que lhes são constitutivas. As narrativas produzidas pelos quatro entrevistados versaram sobre as suas trajetórias de vida e sobre o seu processo de identificação enquanto sujeitos trans; são fragmentos do que vem lhes constituindo: são suas percepções e posicionamentos a partir das estruturas narrativas nas quais estão inseridos.

A construção da subjetividade a partir do nome

Nesta seção, analisaremos os atravessamentos sociais, políticos e culturais que impulsionam os sujeitos desta pesquisa a reivindicarem um nome que os identifique enquanto homens, bem como as estratégias de validação de um nome para si. Nesse sentido, analisaremos também os aspectos relacionados ao não reconhecimento do nome que lhes é atribuído ao nascer, bem como aos caminhos trilhados até a escolha de um nome com o qual possam se reconhecer.

Questionados sobre o não reconhecimento do nome de registro, os entrevistados apontaram que sua inconformidade se deu em razão de este não corresponder ao gênero com o qual se reconhecem. Este aspecto foi demonstrado nas narrativas de Noah e Silvio que afirmaram que desde a infância se sentiam desconfortáveis com o nome que receberam no nascimento, por entenderem que o nome feminino não estava em conformidade com o seu entendimento de si, conforme excertos que seguem:

Entrevistador: Por que tu percebeste que era um nome feminino?

Noah: É, *porque eu percebi que o nome não se encaixava comigo* também, era um nome que falavam para mim e eu tinha nojo, entendeu? Sempre foi assim. Eu falava no colégio, quando eu era criancinha, falava: “não, tia, tira o F. pelo menos”, tira, eu não gostava do nome junto, entendeu? Nunca gostei muito disso, do A. F. [grifo nosso]

Entrevistador: Tu te recordas quando esse nome de nascimento começou a incomodar de fato?

Silvio: A primeira foi na quinta série, que começou a fazer diferença quando me chamavam na chamada e eu não respondia, porque eu não reconhecia que era meu nome, então eu comecei a perder a presença na aula só que eu estava em aula, então chamaram a minha família e eu perguntava para minha família: “Por que vocês me deram esse nome? Eu não escuto ele quando me chamam”. E aí foi quando começou a pesar e a minha mãe começou a me dar apelidos para ver se ajudava, só que não ajudou.

As narrativas dos entrevistados evidenciam que a constituição da subjetividade desses sujeitos se alinha, de acordo com os nossos pressupostos teóricos, à lógica binária de gênero, na qual o nome deve coincidir com o gênero em que o sujeito se reconhece. Segundo Deise Longaray:

Escapar às normas estabelecidas socialmente aos gêneros pode ser considerado um indicador de desvio da sexualidade dita normal, uma vez que ser homem e mulher, na sociedade, possui suas representações e significados que devem ser seguidos à risca. A sexualidade “desviante” acaba por fragilizar ou borrar as fronteiras (2014, p. 104).

Portanto, as narrativas apresentadas no processo de escolha de um nome para si evidenciam um caráter de normalidade, visando a estabelecer uma coerência entre este nome e a construção das suas subjetividades. Esta coerência pode ser compreendida a partir da “inteligibilidade”, proposta por Judith Butler (2010, p. 38), que se refere às “leis que buscam estabelecer linhas casuais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído”. Estar em acordo com a norma justifica-se pelo fato de que os sujeitos ao se afastarem da norma, serão são relegados à marginalização. Conforme Guacira Lopes Louro aponta:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (2004, p. 27).

Assim, a busca por um nome adequado ao gênero com o qual se identificam, demonstra também o desejo de adequação a um modelo social que pode lhes garantir a “passabilidade”, ou seja: “passar por homem e/ou mulher para não passar por violência e discriminações diversas” (DUQUE, 2017, p. 25), ou até mesmo desconforto consigo mesmo.

Para o entrevistado Luis, ter um nome que não coincida com seu gênero sempre foi motivo de insatisfação, já que além de não se reconhecer com aquele nome, outras pessoas também não o reconheciam, tendo em vista que já adotava marcadores corporais ditos masculinos. Por isso, ele se questionava sobre a possibilidade de alterar seu nome por outro em que se reconhecesse:

Luis: [...] tu ouves aquele nome, que ele não tem significado nenhum para mim, e é um nome que ao mesmo tempo as pessoas não te reconhecem, eu não me reconheço e as pessoas não me reconhecem [...] *minha primeira memória que eu tenho, é a memória de um sujeito masculino, eu nunca me enxerguei enquanto menina, um outro gênero, sempre essa memória mais afastada é sempre no gênero masculino [...].* eu sempre dizia: nossa, será que não tem como mudar isso. [...] em sempre pensei muito, e refleti muito essa questão, que tinha que ter uma possibilidade, não pode ser uma sentença de morte, em algum momento tinha que ter acontecido alguma coisa. [grifo nosso].

Nestas narrativas acerca do não reconhecimento com o nome atribuído ao nascimento, é possível perceber alguns elementos que ecoam as relações sociais de poder que perpassam as práticas sociais em que eles estão inseridos (na escola, na família), bem como as formas de resistência que essas relações de poder produziram. Para Foucault,

[...] se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual [...] (1995, p. 248)

A concepção de resistência, para Foucault, se relaciona à descrição da maneira pela qual o sujeito, singular, por meio de um procedimento geralmente escrito,

consegue, de maneira voluntária ou fortuita “escapar” dos dispositivos de identificação, classificação e normatização do discurso (REVEL, 2005). Neste sentido, as formas de resistência adotadas por esses sujeitos são variadas, e dentre elas se inclui o processo de escolha e adoção de um nome, a reivindicação pela possibilidade de utilização desse nome em espaços públicos e privados, bem como a luta judicial para a legitimação deste nome enquanto nome civil mesmo que não tenham passado por processos cirúrgicos ou hormonais. Segundo Alves, “escolher um nome pode significar romper com as formas de dominação, produzindo resistência no interior da teia de dispositivos de poder e abrindo espaço de lutas e transformações” (ALVES, 2016, p. 41).

Os entrevistados trouxeram em suas narrativas o processo de escolha dos seus nomes; um processo no qual é possível perceber o quanto esses sujeitos vão se subjetivando enquanto homens a partir do nome que reivindicam para si, de modo que este é mesmo um elemento constitutivo de seu gênero.

Assim, a construção da subjetividade passa também pela questão de “os espaços de sociabilidade, origem social e capital cultural [serem] alguns dos condicionantes envolvidos, além, é claro, da própria singularidade de cada sujeito e de sua história de vida” (CARVALHO, 2012, p. 259). Não por acaso, verifica-se que os espaços nos quais esses sujeitos transitam e as pessoas com as quais eles interagem acabam influenciando e, por vezes, determinando a escolha dos seus nomes.

A título de exemplo, no processo de escolha do nome de Silvio, a decisão foi influenciada por sujeitos que ocupavam lugares privilegiados para dizer determinadas coisas, mesmo que não fossem exclusivamente científicas. Com 16 anos, Silvio entrou no curso de engenharia e, ao final do segundo ano do curso, pediu para que as pessoas mais próximas lhe chamassem de Pedro, pois segundo ele, isso lhe ajudaria a ser reconhecido como homem. Ele relata que desejava que seu nome fosse Pedro, nome com o qual se reconhecia desde a infância. Contudo, por orientação de dois psicólogos, optou por mudar para o prenome “Silvio”, pois, segundo os profissionais, a mudança por um nome próximo do nome de registro facilitaria e tornaria o processo mais acessível, já que a mudança por outro nome “bagunçaria muito mais”.

Entrevistador: Teve pouca mudança nesse sentido?

Silvio: Sim. Por conta da documentação fica mais acessível assim do que do nome desejado, na verdade, que seria Pedro. Por conta da documentação eu mantive, coincidentemente o nome do meu pai.

Entrevistador: Por que tu achas que facilita tu manter um nome próximo?

Silvio: Foram dois psicólogos que me disseram a mesma coisa. Que para fazer a troca do nome dos documentos em si ficaria mais acessível se algum cadastro antigo já tivesse com o nome, que era mais fácil mudar para Silvio do que para Pedro. Porque bagunçaria muito mais.

A partir da narrativa de Silvio, observa-se o quanto no processo de escolha de seu nome outros sujeitos que detinham o direito privilegiado de fala interferiram nesse processo. Esse movimento possibilita pensar sobre a forma como os/as profissionais são convocados/as e legitimados/as nesse processo de produção de verdades sobre os sujeitos. Para Foucault (1996), o direito privilegiado ou exclusivo de quem fala se relaciona com a ideia de que determinados assuntos podem ser falados por determinados sujeitos e outros são interditados, já que não possuem legitimidade para se manifestarem. Por ocuparem o espaço privilegiado, os psicólogos utilizaram argumentos não necessariamente científicos, mas do cotidiano da vida, para persuadirem Silvio na escolha do seu nome civil, demonstrando como esses saberes atuam como regime de verdade que marcam a episteme moderna⁷. Entendemos “verdades” a partir das contribuições de Michel Foucault:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2006, p. 12).

Assim, na sociedade ocidental, a “verdade” se encontra nos discursos produzidos pela ciência e nas instituições que o reproduzem, sendo, assim, difundida e consumida de diversas maneiras. Portanto, os discursos produzidos pela ciência circulam na contemporaneidade assumindo um caráter de legitimidade.

Nesse sentido, como demonstrado na escolha do nome de Silvio, os discursos produzidos interpelaram a decisão do sujeito que se utiliza desses argumentos para construir um nome para si. Esses discursos, em alguma medida, influenciaram na decisão da escolha de nome de Silvio⁸ que não utilizou o nome que almejava, mas se conformou com outro, considerando que era um nome masculino. Segundo o

⁷ Em Foucault (2005), episteme pode ser compreendida como um dispositivo que permite elencar os enunciados que compreendem determinado campo de cientificidade de determinado momento histórico.

⁸ Cabe ressaltar que, atualmente, Silvio reivindica e passou a utilizar o nome Pedro nos espaços onde transita.

entrevistado, “não é o nome que eu queria, mas é aceitável” e, coincidentemente, o prenome utilizado é o mesmo do pai, com quem não mantém contato.

Com relação à questão da proximidade com o nome de Silvio com o de seu pai, é interessante também analisar as práticas sociais processadas pela cultura família, já que o nome, nesse sentido, representa uma marca simbólica que, ao mesmo tempo, identifica e diferencia o indivíduo no grupo familiar (SOUZA, 2001). Nesse sentido, Souza comenta que

A cultura familiar como uma instituição social produtora de sentido, nas histórias contadas, na tradição e na herança que criam a ideia da continuidade-idade, com os quais passamos a nos diferenciar, que constroem, ao mesmo tempo a nossa identidade e a cultura familiar – o sentimento de pertencimento ou lugar (2001, p. 78).

O que possibilitou a escolha do nome Lucas, para um dos entrevistados, foi o vínculo afetivo com um amigo trans que estava sofrendo com os abusos no âmbito familiar. Lucas procurou ajudá-lo e, em razão deste afeto da amizade, escolheu o nome dele para si – o que, afinal, lhe deixou bastante satisfeito.

Entrevistador: E teu nome de batismo é diferente do nome que tu escolheste usar agora, como se deu a escolha desse nome?

Lucas: Essa escolha se deu quando veio um menino trans e ele veio pedir a minha ajuda na época que eu ainda não tinha me identificado como Lucas, no caso, ele veio pedir a minha ajuda que ele estava sofrendo, o pai dele era muito abusivo com ele, queria fugir de casa, e eu fui tentar das soluções de ONGs, que podiam ajudar, a longa distância, ele estava em São Paulo e eu aqui em Rio Grande e eu fui contatando as pessoas, que podiam ajudar ele, de conseguir uma moradia provisória, pra poder sair daquela, estava um vínculo muito complicado pra ele, daí eu tentei buscar contatos, e nesse processo a gente firmou uma amizade muito forte e eu falei assim pra ele, ele foi a primeira pessoa mesmo assim que eu comecei a falar que às vezes eu não consigo me identificar assim e tudo mais, eu fui abrindo aos pouquinhos pra ele, e ele, só pela gente começou a me chamar de Lucas, ele disse que gostava de me chamar de Lucas, eu achei carinhoso esse nome que ele tava me dando e eu fui gostando dessa ideia e só com ele me chamava de Lucas, eu não espalhava tanto, foi daí que eu realmente me assumi e falei: “agora eu quero tornar esse nome de Lucas público mesmo, não vai ser só segredo”, e foi aí que eu resolvi assumir o nome Lucas.

Vê-se que a escolha do nome é construída a partir da relação com o outro. Situação semelhante à de Noah, que, por sua vez, afirmou que a escolha de seu nome se deu aos 16 anos, a partir da junção de dois nomes que gostava: Noah, nome do filho de um amigo, e Mathias, nome de quem gostava desde criança — dois nomes que teriam lhe acompanhado por bastante tempo.

Noah: Tá esse é um assunto meio delicado. Noah veio... são os dois nomes vieram de fontes diferentes, o Noah eu tinha um amigo que morava em São Paulo, meu melhor amigo, e ele tinha

uma namorada, a namorada dele engravidou, teve um filho e ele disse que o nome do filho dele seria Noah e ele disse pra mim que ele sempre me considerava um homem, mesmo antes de eu assumir pros outros, eu sempre falei: “bá, mas eu acho que eu sou um cara” e ele sempre me ajudou a tentar entender isso, então ele falou... ele sempre me tratou no masculino, e aí ele pegou e falou pra mim: “bá, se eu pudesse te dar um nome eu te daria o nome de Noah” e foi o nome que ele deu pro filho dele, só que, tá bom, é do filho dele, eu não vou pegar o nome do filho dele, mas acabou que eles sofreram um acidente e os três morreram, então, eu meio que peguei esse Noah pra mim. E o Mathias foi, é o nome que eu gosto desde que eu sou criança, sempre quis ter esse nome, então, eu queria um, queria o outro, não sabia qual eu queria, botei os dois, casei os dois, e ficou um nome muito bom para mim na verdade, as pessoas me perguntam e eu falo com todo o orgulho: “Noah Mathias”.

Assim, na situação de Lucas e de Noah, observa-se a influência dos sujeitos com os quais eles se relacionam amistosamente, bem como das redes de sociabilidade das quais participam: fatores que contribuíram sobremaneira para a escolha de seus nomes e para a construção das suas subjetividades.

Pode-se, assim, dizer que “as experiências e as significações da vida nunca atuam na relação única consigo mesmo, elas devem seu conteúdo e extraem sua validade das relações interindividuais que o sujeito encontra em suas primeiras redes de pertencimento.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 59). Nessas narrativas, situações vivenciadas entre pessoas com as quais estabeleceram vínculos, possibilitaram pensar nos critérios adotados por esses sujeitos na escolha de determinados nomes. Larrosa (1996), ao estabelecer uma relação entre a narrativa e a produção da identidade pessoal, ressalta que:

[...] as histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e medidas no interior de determinadas práticas sociais, mais ou menos institucionalizadas: um confessionário, um tribunal, uma escola, um grupo de terapia, uma relação amorosa, uma reunião familiar, etc... (p. 462).

Tal como se pode perceber nas falas de Noah e Lucas, o processo em que se adquire e modifica a interpretação de si não é um processo íntimo e solitário; em ambos os casos, os processos de construção da subjetividade foram forjados no interior de determinadas práticas sociais, que acabaram por determinar a escolha e o processo de assumir esse nome para si. Para Souza (2001, p. 72), a identidade, ou seja, quem sou eu, é algo que vai se construindo e modificando em meio à “polifônica conversação de narrativas que é a vida e na conversação das e com as pessoas que me relaciono”. Foi

justamente em meio às trocas de conhecimentos entre as pessoas do seu convívio que esses sujeitos puderam escolher seus nomes.

Tendo em vista que essa construção acontece em meio as relações que estabelecem com o outro, é interessante perceber o quanto “carregar um nome promove um movimento de duplo reconhecimento, pois eu me reconheço e eu reconheço que o outro me reconhece. Eu só consigo me reconhecer se for reconhecido pelo outro” (ALVES, 2016, p. 33). Assim, para que Lucas e Noah conquistassem reconhecimento, foi necessário o reconhecimento do outro e, para que isso acontecesse, foi preciso que um nome fizesse sentido para o outro e mais do que isso: que o nome fosse adequado ao padrão vigente na sociedade (ALVES, 2016).

Na narrativa acerca da escolha do nome de Luis, esse processo é também percebido, pois explica que a utilização do nome se deu em razão de um evento universitário no qual teria sido convidado para participar e, em razão da professora já lhe conhecer e saber de seu processo de transição, ela lhe sugeriu que constasse o nome Luis em seu certificado de participação; um nome próximo ao seu nome de registro e que já vinha utilizando, de modo que, em seu entendimento, a mudança poderia, assim, acontecer de forma mais tranquila.

Pesquisador: Então como que tu escolheste esse nome “Luis”, que tu diz que é o nome que tu escolheu pra ti?

Luis: Esse nome ele tem uma história, quando eu vim para o grupo de pesquisa, e a P. que fica impactada [porque] não me reconhecia com o nome que estava na chamada, e começamos a conversar e foi na terceira Mostra do grupo de pesquisa, a P. me chamou para participar, me convidou, e aí tinha certificação, e eu estava naquela fase do nome, nome, nome, nome, eu utilizava o nome de L., e a P. vai e coloca na certificação ela coloca: Luis. E eu fiquei pensando, e aí o Mahin, vem da L. Mahin, que era uma negra que participa da revolta dos Males, e eu digo: “tá, acaba que eu não vou matar sujeito nenhum”, porque de uma forma ou de outra, todo esse processo, tudo isso é uma história, e é história da minha vida, eu fiquei pensando, eu aguentei aqui e suportei viver até aqui, porque tinha uma L. que abriu portas, na verdade eu não tinha protagonismo nenhum, ela foi a minha tutora, eu passei dois anos na universidade como L., L., L., L. no movimento social, ou qualquer evento, qualquer atividade, eu disse: não, eu não preciso matar, não preciso sepultar, porque a história tu não precisa sepultar.

Para Luma Andrade (2012), a impossibilidade de convivência com o nome atribuído em algum momento da vida se torna tão latente que, por vezes, é necessário romper com a lógica do parentesco e assumir-se como sujeito de seu nome a partir de seu reconhecimento, mesmo que outros processos de subjetivação relativos ao contexto social das instituições em que essas pessoas se encontram também influenciem.

Para Luis, a adoção de um nome semelhante ao que possuía antes de mudá-lo, rompe, em alguma medida, com essa lógica do parentesco, pois deixa de trazer consigo a responsabilidade de continuidade e preservação dos laços familiares. Para Luma Andrade (2012), em um contexto de transexualidade se torna um grande peso para os sujeitos ter que “carregar” os nomes da família, como se tivesse que ser uma réplica dos padrões instituídos neste âmbito.

Além disso, evidencia-se, na narrativa de Luis, como apontado por Luma Andrade (2012), a subjetivação dentro das instituições nas quais os sujeitos transitam, já que foi dentro da Universidade, em meio a eventos e outros sujeitos, que Luis pode afirmar-se enquanto sujeito trans. Além disso, percebe-se o quanto, na escolha do nome de Luis, emergiram atributos relacionados a questões históricas a fim de preservar as memórias.

Assim, percebe-se o quanto os sujeitos são fabricações discursivas, nas quais atuam, conforme Foucault (2005), tanto os processos de objetivação – que os constituem como corpos disciplinados e governados –, quanto processos de subjetivação – que os tornam sujeitos de determinadas identidades. No caso de Luis, seu processo de subjetivação levou em consideração questões históricas nas quais estava imerso no momento em que assumiu um nome masculino para si. Neste sentido, para Foucault,

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que cada instante fundando e refundado pela história. É na direção dessa crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir. (2005, p. 10).

Assim, como se percebe nas narrativas de Luis, o sujeito não é algo que possa se analisar independentemente da história, dos discursos e das práticas sociais, pois é justamente na história, nos discursos e nas práticas sociais que os sujeitos se constituem.

Por meio dessas narrativas, é possível compreender o que Larrosa (1994, p. 43) propôs aos apontar que as experiências narradas são o resultado de um processo “histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade.” Pois as narrativas expressam o quanto somos construídos em meio à trama de tecnologias sociais produtoras de significados que atuam na regulação e na seleção do conhecimento de si e do corpo, bem como

daquilo que pode ser dito ou pensando, no lugar em que pode ou não ser dito (Souza, 2001).

Nesse processo de narrar-se, os sujeitos trans estão se construindo e se constituindo enquanto sujeitos, já que ao adquirem um nome para si, isto representa, de certa forma, um aprendizado que se dá por meio da possibilidade de relatar a si mesmo. Em outras palavras, pode-se dizer que a luta que se trava pelo reconhecimento de um nome é também uma luta que se trava pelo auto[re]conhecimento que, algumas vezes, leva-os à manutenção dos binarismos de gênero. Para Claudio Alves,

O nome é fundamental para se fazer reconhecer e ser reconhecido. Ao mesmo tempo, o nome pode ser pensado como uma forma de produção social e política de sujeitos desprovidos de direitos por meio de mecanismos de controle que separam os modos de ser viáveis dos inviáveis, promovendo a manutenção do binarismo identitário (2016, p. 30).

Nessas narrativas analisadas, pode-se perceber o quanto os seus discursos sobre seus nomes foram socialmente produzidos e evidenciam a sua busca por um caráter de normalidade, ou seja, sobre eles há incidência de um processo de normalização tendo em vista que buscam e reproduzem os modelos previamente dados e dão manutenção a certo modo de viver disciplinado, regulado e repetitivo.

Nesse sentido, a escolha de um nome que coincida com o gênero pelo qual se reconhecem representa uma maneira de legitimar sua subjetividade dentro de uma normalidade, já que reproduzem os mesmos sentidos, valores e significados constitutivos do contexto social, político e cultural em que se encontram inseridos.

Para finalizar

Transitar nas narrativas apresentadas a fim de compreender os caminhos percorridos pelos entrevistados em busca de um nome que os reconheça implica em compreender que este nome é construído em um ambiente no qual os valores e padrões heteronormativos restringem, dificultam e direcionam os modos possíveis de se constituir o sujeito na sociedade.

Neste contexto em que as múltiplas possibilidades de se vivenciar e experimentar a identidade de gênero acabam sendo consideradas como desviantes e/ou patologizadas – o que, sem sombra de dúvidas, culmina na hostilidade e na discriminação contra estes sujeitos – faz-se necessária a criação de inúmeros mecanismos de resistência. Dentre tais mecanismos, encontra-se a reivindicação pela

possibilidade de utilização desse nome através do ingresso no judiciário, a fim de que se possa lutar por um nome civil pelo qual se reconheçam.

Pode-se perceber que nas narrativas dos quatro sujeitos trans entrevistados, a construção de sua subjetividade foi interpelada por uma série de discursos (da rede de sociabilidade, família, psicólogos) que os levaram a se produzirem enquanto sujeitos dentro de uma normatividade de gênero binária. Assim, embora tenham em seus corpos uma materialidade biológica, a sua construção enquanto sujeitos de um gênero com o qual se identificam está imbricada na cultura, considerando que se forjaram/estão se forjando enquanto homens.

Com efeito, a busca por um nome que coincida com o gênero pelo qual se reconhecem, tem o objetivo de aproximarem esses sujeitos da norma. Dessa forma, os nomes dos sujeitos trans entrevistados mantiveram, no seu processo de escolha, uma aproximação com estereótipos que fazem corresponder sexo e gênero, a fim de transitarem socialmente sem serem identificados como sujeitos trans. Isto, não só para evitarem possíveis violências e constrangimentos, mas também para legitimarem o discurso que determina que exista uma correspondência entre seus marcadores corporais e os seus nomes, considerando-se que já sustentam um corpo que busca uma aproximação com padrões normativos de gênero.

Por tanto, a construção das narrativas dos sujeitos entrevistados possibilitou perceber o quanto os sujeitos constroem as suas subjetividades por meio das relações que estabelecem socialmente. Certamente, as narrativas analisadas não contemplam a totalidade da história de cada um dos entrevistados, mas permitem compreender alguns caminhos trilhados, e os quais, por sua vez, possibilitam também compreender como esses sujeitos se constituíram e como se produzem a partir das suas experiências.

O presente artigo apresenta como limitação o espaço da escrita e o tempo de pesquisa, que compreende o período inicial do processo de retificação do nome civil, tendo em vista que surgem diversas implicações após a decisão judicial que concede a possibilidade de adequação do nome as pessoas trans que não foram objeto de estudo durante o artigo.

Nesse sentido, as narrativas produzidas possibilitam novos desdobramentos de pesquisa, dentre os quais inclui-se a necessidade do alistamento militar e a possibilidade de ingresso nas forças armadas produzem na vida de homens trans, após a retificação do nome e do gênero nos documentos de identificação oficiais do Estado, que precisam do Certificado de Reservista para terem acesso a alguns aspectos da cidadania.

Por fim, o artigo possibilitou tecer algumas considerações sobre a subjetivação dos quatro sujeitos trans participantes que ingressaram no judiciário objetivando a retificação do nome civil. As considerações que foram trazidas aqui não têm o objetivo de serem conclusivas e definitivas, mas de possibilitarem algumas discussões a partir do olhar investigativo que foi sendo desenvolvido ao longo da pesquisa e que nos permitiu perceber de outras formas as questões que entrelaçam direito e gênero, as quais foram possíveis compartilhar neste artigo.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Um nome *sui generis***: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3 ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 12, p. 258-263, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 de junho de 2017.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo projeto. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DUQUE, Tiago. “É mais fácil para as mais bonitas”: corpo, imagem e reconhecimento nas experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. **Contemporânea**, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 483-504, Jul.–Dez. 2017

EWALD, François. Foucault e a norma. In. EWALD, François (Org.) **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FONSECA, Márcio Alves. **A época da Norma**. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/a-epoca-da-norma>. Acesso em 02 de julho de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso do Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. Michel **Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidade y desidentificación. In. LARROSA, Jorge. **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (Re)Invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gay,s travestis e transexuais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MISKOLCI, Richard. Prefácio. In: ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. p. 13-15.

PERES, Wiliam Siqueira Peres. **Travestis, escolas e processos de subjetivação**. Disponível em: <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/935/79>. Acesso em: 02 de julho de 2017.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 396-417, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23211>. Acesso em: 15 set. 2021.

QUEIROZ, Gustavo Lemes de; ALMEIDA, Victor Afonso. O que é nome social? In. RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa (Orgs). **Gênero, sexualidade e direito: uma introdução**. Belo Horizonte: Initia Via, 2006. p. 246-255.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Os corpos no espaço escolar: (re)configurações dos/as alunos/as anormais em tempos pós-modernos. FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Cláudia Maria; CASTRO, Roney Polato de; BARBOSA, Vanderlei (Org.) **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2014. Disponível em: <https://seminariocorpo generosexualidade.furg.br/images/documentos/sextoseminario.pdf>. Acesso em 14 set 2021.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 630-651, jul./set. 2004.

SOUZA, Nádia Geisa Silveira de. **Que corpo é esse? O corpo na família, mídia, escola, saúde**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Bioquímica, 2001.

Recebido em setembro de 2021.

Aprovado em dezembro de 2021.

